



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direção do Planeamento

Boletim Económico

Edição Nº 1
Ano 2015

Relativo ao ano económico de 2014

A **Direção do Planeamento (DGP)**, é uma unidade institucional do Ministério da Economia e Cooperação Internacional, criada através do Decreto nº 26/2012, publicado no Diário da República, em 30 de agosto de 2012, e tem por missão superintender técnica e metodologicamente o Sistema Nacional de Planeamento, formular e acompanhar as políticas e estratégias globais de desenvolvimento de acordo com os objectivos do Programa do Governo e em articulação com as políticas e estratégias sectoriais e regionais. Neste quadro, a DGP conta com três direções e duas células: i) Direção de Planeamento e Prospectiva, ii) Direção de Políticas Macroeconómicas, iii) Direção de Monitoria e Avaliação, iv) Célula de Administração e Pessoal e v) Célula de Gestão de Informação e Documentação.

A Direção de Política Macroeconómica (DPM), é responsável, entre outras tarefas, pela elaboração de relatórios de conjuntura nos quais são apresentados a situação económica e financeira do país, com base em estatísticas e indicadores selecionados.

Pag.1 - ECONOMIA MUNDIAL

O crescimento da Economia Mundial continua a um ritmo moderado, segundo o último relatório “*World Economic Outlook (WEO)*, em Abril de 2015, do Fundo Monetário Internacional (FMI), indica que a economia mundial teria crescido 3,4% em 2014, taxa ligeiramente superior ao registado em 2013 (3,3%).

Pag.2- ECONOMIA NACIONAL

A evolução da economia nacional em 2014 foi marcada pela a recorrente diminuição da entrada de recursos externos com implicações na redução de investimentos, o que terá sido determinante para a manutenção de um ritmo de crescimento económico inferior ao esperado.

Pag.8 - PERSPECTIVAS PARA 2015

A economia mundial continuará a crescer em 2015 de forma moderada, com uma previsão de crescimento de 3,5%, em que os países emergentes devem ser os principais locomotores.

Para a Economia Nacional, prevê-se um crescimento do produto de 5% em 2015, sustentado pela perspectiva mais animadoras de entrada de recursos externos previstos para a concretização de projectos de investimento públicos e privados, complementado pelas reformas estruturais favoráveis ao investimento e ao desenvolvimento do sector privado.

Economia mundial

O crescimento do Produto Mundial continua a um ritmo moderado, e as actuais projecções do FMI¹ apontam para uma taxa de crescimento de 3,5% em 2015 o que demonstra uma ligeira melhoria do desempenho da economia mundial face aos 3,4% do ano 2014.

Os dados disponibilizados em Abril de 2015, pelo relatório “*World Economic Outlook (WEO)*”, do Fundo Monetário Internacional (FMI), indicam que a economia mundial teria crescido 3,4% em 2014, taxa inferior ao projectado para o período, e a previsão é de um crescimento em 3,5% em 2015. Esta previsão para 2015 apresentada no referido relatório, contrasta com a projecção do relatório de Outubro último, da mesma instituição, que apontava para um crescimento da economia mundial de 3,8% em 2015. O relatório argumenta que a revisão em baixa da projecção do crescimento económico mundial, para 2015, resultou em grande medida dos efeitos adversos das medidas de austeridade e o agravamento da crise económica na zona euro registados ao longo de 2014.

¹ FMI: WEO Outubro 2014 e 2015

De acordo com a mesma fonte, a economia norte americana teve em 2014 um crescimento de 2,4% (2,2% em 2013), e projectou um crescimento de 3,1% em 2015. Para o conjunto da Zona Euro, a recuperação tem sido lenta, com um crescimento de 0,9% em 2014 (-0,5% em 2013) e para 2015, aguarda-se um crescimento de 1,5%.

O mesmo relatório do FMI, diz que a actividade económica no conjunto de países emergentes e em desenvolvimento, continuou com a desaceleração iniciada em 2012, em que decresceu 4% para 3,9% em 2013 e 3,5% em 2014, e a previsão para 2015 será igual a taxa de crescimento de 2014.

Do lado da economia asiática, a mesma fonte apresenta que a economia chinesa teria abrandado para 7,4% em 2014 (7,8% em 2013), e esta tendência decrescente deverá continuar em 2015.

Para o continente africano, particularmente, África subsariana, onde S. Tomé e Príncipe esta inserido, registou uma desaceleração do crescimento cifrando em 5% em 2014 face os 5,2% de 2013 e a projecção é de uma ligeira desaceleração em 2015 em 0,5% p.p².

² Ponto percentual

Quadro 01: Taxa de crescimento do PIB real.

Economias	2012	2013	2014	2015
			estimativa	projectção
taxa de crescimento do PIB real (%)				
Mundial	3,2	3,4	3,4	3,5
Economia Avançadas	1,2	1,4	1,8	2,4
EUA	2,3	2,2	2,4	3,1
Japão	1,8	1,6	-0,1	1,0
Zona Euro	-0,8	-0,5	0,9	1,5
Portugal		-1,4	0,8	1,2
Economias emergentes e em desenvolvimento	4	3,9	3,5	3,5
África Subsariana	4,2	5,2	5,0	4,5
China	7,7	7,8	7,4	6,8

Fonte: FMI; World economic outlook.

Quadro 02: Taxa de inflação.

Economias	2013	2014	2015
		estimativa	projectção
inflação no fim do período (%)			
Mundial			
Economia Avançadas	1,4	1,4	0,4
EUA	1,5	1,6	0,1
Japão	1,3	0,4	0,1
Zona Euro	1,3	0,4	0,1
Portugal	0,4	0	0,4
Economias emergentes e em desenv.	5,9	5,1	5,4
África Subsariana	6,5	6,3	6,6
China	2,6	2,3	2,5
Índia	9,5	7,8	7,5

Fonte: FMI; World economic outlook.

Economia nacional

Produto Interno Bruto

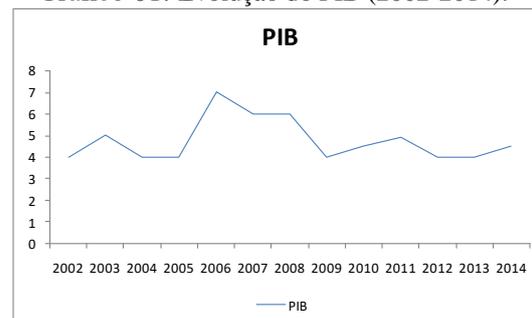
A evolução da economia nacional em 2014 foi marcada pela recorrente diminuição da entrada de recursos externos com implicações na redução de investimentos, o que terá sido determinante para a manutenção de um ritmo de crescimento económico inferior ao esperado, bem como a ligeira degradação do nível do défice primário interno face ao programado, situando-se em 3,5% do PIB. Em contrapartida, o maior destaque positivo vai para a

tendência de descida da inflação, a situar-se num nível de 6,4%, o valor mais baixo verificado “desde a serie de 1993”. Foi também assegurado um nível suficiente de reservas cambiais, enquanto elemento de suporte do regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro.

A expansão da atividade económica em 2014 continuou particularmente condicionada pelas dificuldades das autoridades nacionais na captação de financiamento externo, que afectou a capacidade de execução dos projectos de investimentos públicos e privados.

De facto, a mais recentes estimativas do crescimento económico para 2014 das autoridades são-tomenses e do Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam, para uma taxa de crescimento real do PIB cifrada em 4,5%, inferior ao projectado na anterior revisão do programa de ajustamento apoiado pelo Fundo Monetário Internacional em Julho de 2014 (5%) e ligeiramente superior ao registado em 2012 e 2013 (4%).

Gráfico 01: Evolução do PIB (2002-2014).

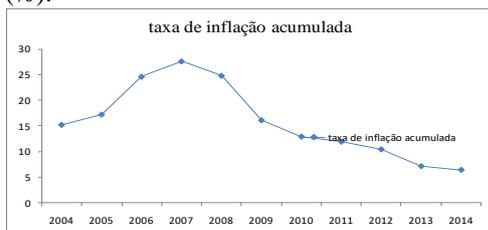


Fonte: INE

Inflação

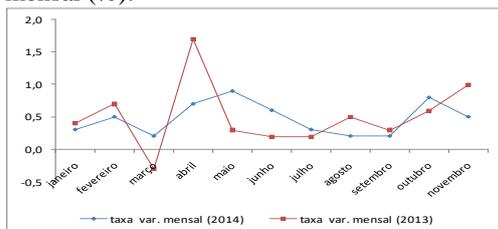
O regime de taxa fixa entre a dobra e o euro tem sido eficaz a contribuir para o abrandamento da cadência inflacionária santomense, a este respeito, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresenta a tendência de desinflação que se vem registando ao longo dos últimos anos, continuando em 2014, cuja cifra em 31 de Dezembro 2014 foi de 6,4%, contra a de 7,1% observada no período homólogo de 2013 (cf. Gráfico 02). Esta tendência deflacionista verificada nos últimos anos é explicada também, pelo resultado do rigor e disciplina na execução orçamental, e pela conjuntura internacional que vem sendo marcada com a queda dos preços dos principais produtos básicos importados.

Gráfico 02: Evolução da taxa de inflação anual (%).



Fonte: INE.

Gráfico 03: Evolução da taxa de inflação mensal (%).



Fonte: INE..

O comportamento das taxas de inflação registadas em 2014, nos meses de Maio a Julho do ano em análise, alcançaram variações mensais superiores ao registado no período homólogo, e depois, voltaram a cair nos meses de Agosto a Dezembro para níveis inferiores ao registado no mesmo período do ano transacto, com excepção do mês Outubro. O aumento dos preços registados nos meses em referência de 2014, deveu-se essencialmente, a dificuldade recorrente do País em garantir com alguma regularidade a oferta de bens de primeira necessidade consumidos localmente, sejam eles produzidos no País ou importados.

Finanças públicas

As dificuldades sentidas pelas autoridades santomenses para assegurar a captação de financiamento externo em 2014 tiveram um impacto profundo sobre o nível da execução orçamental. Os donativos e os empréstimos não foram para além de 72% e 31% do orçamentado para 2014, respectivamente. Em consequência as despesas de investimento foram muito afectadas, tendo alcançado um nível de execução de apenas 49%.

O défice primário interno ficou em 3,5% do PIB, percentagem acima do programado para 2014 (3% PIB), este

aumento do défice primário interno, deveu-se sobretudo a deficiente arrecadação das receitas correntes que ficaram 10% abaixo do programado, para suportar as despesas correntes.

De acordo com a análise das receitas, as receitas efectivas atingiram um nível arrecadação de 82% em relação às programadas para o ano 2014. Esse valor corresponde a uma redução em cerca de 6% em relação ao período homólogo.

Com relação as receitas correntes, estas atingiram em 2014 um nível de arrecadação de cerca de 91%, cifra igual ao registado em 2013. Para este nível de arrecadação, as receitas fiscais contribuíram com 881.396 mil milhões de Dobras e as não fiscais 93.951 mil milhões de Dobras. Estas cifras representam respectivamente um crescimento de 1% e uma quebra de 8% em relação ao ano 2013.

Relativamente às despesas correntes, observou-se um incremento no ano 2014 na ordem 9% em comparação com o ano precedente.

Quadro 03: Evolução dos principais indicadores orçamentais.

Designação	2012		2013		2014	
	execução (%)	V.H. (12/11)	execução (%)	V.H. (13/12)	execução (%)	V.H. (14/13)
Receitas efectivas	81,7	-8,6	69,6	-7,4	82	-6%
Receitas correntes	85,2	-2,1	101,7	26	91	7%
Receitas Fiscais	84,9	3,7	99,3	23,8	88	1%
Receitas não Fiscais	88	9,4	129,7	48,8	122	-8%
Despesas primarias	89,2	1,4	101,5	23	94	8%
Despesa correntes	92,4	2,8	101,6	19,6	98	9%
Despesas de investimento	76,3	-7,9	56,1	-19	49	8%
Saldo primário (%PIB)	3,3		3,1		3,5	

Fonte: Direção de Orçamento

Dívida pública

São Tomé e Príncipe atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada em Março de 2007, e beneficiou do alívio da dívida no âmbito das iniciativas dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) e da Multilateral para o Alívio da Dívida (MDRI).

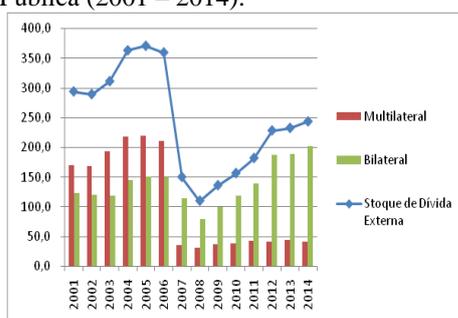
No gráfico abaixo verifica-se que, em 2007, o alívio de dívida pública conseguido no âmbito das iniciativas HIPC, permitiu que o saldo da dívida pública em 2008 diminuisse para cerca de 110 milhões de USD, em torno (60% do PIB).

No entanto, passados apenas 7 anos após do referido perdão em 2007, o valor desse indicador duplicou em termos absoluto (USD 243,4 milhões) e, em relação ao PIB, aumentou para 78% em 2014 cifra superior ao ano 2013 que foi de 70% do PIB.

O aumento gradual do Stock da dívida pública externa que se registou depois do perdão e a mudança da composição da mesma por tipo de credor, alcançado assim a dívida pública Bilateral uma cifra de cerca USD 201,9 milhões, valores superiores em relação a Multilateral que foi de USD 41,5 milhões perfazendo um total de USD 243,4 milhões.

Devido a capacidade limitada das receitas internas para fazer face o serviço da dívida, dos **USD 10,2 milhões** programados para o ano 2014, apenas executou-se **USD 3,2 milhões**. Por isso, as autoridades nacionais devem ter uma particular atenção em analisar a eficácia e a eficiência dos resultados da canalização dos empréstimos, e realizar investimentos em sectores capazes de gerar rendimentos.

Gráfico 04: Evolução do Stock da Dívida Pública (2001 – 2014).



Fonte: Gabinete da Dívida (Dados provisórios).

Balança Comercial

Os dados da Balança Comercial ilustrado no gráfico 5 indicam que os valores das importações cresceram de 2.773,6 mil milhões Dobras em 2013 para 3.129,4 mil milhões Dobras em 2014, ou seja, variou 11,6% aproximadamente. Este aumento das importações deveu-se essencialmente a combustíveis (23%), bens de investimento (30%), produtos agrícolas (22%) e produtos alimentares mais

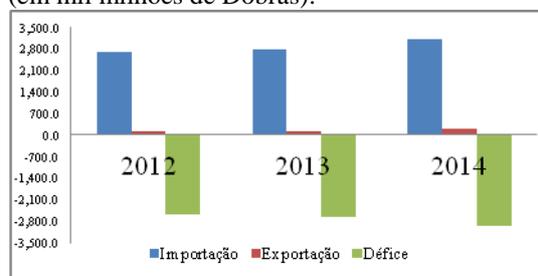
bebidas (16%). Destes, cerca de 62% são provenientes de Portugal e 22% de Angola.

No que diz respeito as exportações no ano 2014, houve um crescimento tanto na quantidade exportada como em valor de venda, situando-se respetivamente em 4,2 mil toneladas e 193,5 mil milhões Dobras, cifras superiores ao do período homólogo, (3,2 mil toneladas) e (127,4 mil milhões obras). Este crescimento, resultou fundamentalmente, do aumento da quantidade exportada e do preço do cacau no mercado internacional, que representou cifra acima de 93% do total da quantidade de produtos exportados. Nos grupos dos produtos exportados, a Europa continua a ser o principal parceiro das transações comerciais, representando 75% das exportações de São Tomé e Príncipe, com destaque para Bélgica, Espanha e os Países baixos que representam cerca de 69%.

Embora a variação das exportações do país ter aumentado em 50,8 % em 2014, em termos nominais, não foi suficiente para evitar o agravamento do défice da balança comercial, que variou de 2,9% em 2013 para 9,7% de 2014. Daí a necessidade de se insistir na reestruturação e promoção das unidades produtivas com vista a diversificação, aumento da produção, a par da tomada

de medidas conducentes ao desenvolvimento de turismo e serviços conexos, visando o aumento das exportações.

Gráfico 05: Evolução da balança comercial (em mil milhões de Dobras).



Fonte: INE.

Mercado monetário e cambial

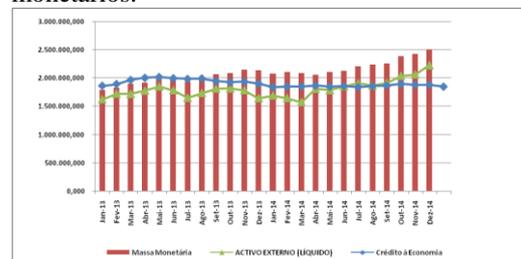
A gestão da política monetária e cambial, tem sido implementada em coordenação com as autoridades fiscais, no sentido de preservação da paridade cambial e o reforço da supervisão bancária visando a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Contudo, no ano 2014, verificou-se uma expansão da massa monetária na ordem dos 17% (contra 16% observada no período homólogo 2013), esse crescimento da massa monetária, justifica-se principalmente pelo aumento dos activos externos líquidos que cresceu 35%. O crédito a economia desacelerou em torno de 1% comparado com o período homólogo.

As reservas internacionais líquidas situaram-se em patamares confortáveis,

com saldo no final de Dezembro 2014 de 50,09 mil milhões de dobras que cobririam por volta de 5 meses de importações programadas.

Gráfico 06: Evolução de alguns indicadores monetários.



Fonte: Banco Central.

No que concerne as Taxas de Câmbio Bilaterais e a Competitividade Externa, no final do ano 2014, a taxa de câmbio do Euro face ao Dólar Americano no mercado internacional verificou-se uma depreciação 11,6% com relação ao período homólogo. Como efeito, inscreveu-se de igual modo uma depreciação da moeda nacional em relação ao Dólar Americano de 13,3%, cifra superior ao período homólogo. Em relação ao índice da taxa de câmbio efetiva real verificou-se uma depreciação aproximadamente de 1,18% em 2014. O desfecho afigura uma menor competitividade-preço da economia nacional face aos principais parceiros comerciais.

Quadro 04: Evolução das taxas de câmbio.

Trimestre	13-Mar	13-Jun	Set-13	Dez-13	14-Mar	14-Jun	Set-14	Dez-14
DBS/USD	18.687,96	18.905,53	18.645,92	18.142,76	18.018,14	17.999,44	18.606,06	19.752,05
EURO/USD	1,28	1,30	1,35	1,38	1,38	1,36	1,27	1,22

Fonte: Banco Central.

Ambiente de investimento

O quadro abaixo apresenta os resultados do relatório “*Doing Business*” dos anos 2012 a 2015 para a economia de São Tomé e Príncipe. De modo geral, o ambiente de negócios em São Tomé e Príncipe apresenta um resultado satisfatório e tem melhorado ao longo dos anos.

Os índices publicados pelo *Doing Business* do ano 2015 indicam uma evolução positiva do ambiente de negócios de STP que passou da posição de 169 em 2014 para 153 em 2015 (num universo de 189 economias mundiais analisadas), como resultado da implementação de medidas que conduziram à melhoria do ambiente de negócios e redução do custo de investimento no país.

Estes resultados são frutos de uma série de medidas de reformas implementadas nos últimos anos, que contribuem para a melhoria do ambiente de negócios no país, designadamente, em termos de abertura de uma empresa, que passou de

mais de 4 meses para menos de 4 dias, o país melhorou em 107 posições; no que se refere a obtenção de alvarás para construção, são necessários actualmente 104 dias, abaixo da média de África subsariana (155,7 dias), bem como, a eliminação do capital mínimo necessário para constituir uma sociedade e a redução do tempo para obtenção de alvarás para construção, entre outras.

No que toca ao comércio internacional, uma categoria que considera aspectos como o tempo, o custo e os documentos necessários para a importação e exportação de bens manufacturados, neste indicador, o país desceu do ranking (4 posições) este ano, saiu de 107 lugar para 111, visto que as melhorias conseguidas com a criação do Guiché Único para o comércio externo, não foram contempladas neste relatório, uma vez que o relatório retrata as reformas realizadas de Maio de 2013 a Maio de 2014, porém, é de salientar que os números de processos e procedimentos para o desalfandegamento dos produtos reduziram significativamente.

Em termos de pagamento de impostos, o país regrediu (2 posições), registo de propriedades (1 posição) e protecção de investidores minoritários (1 posição)

quando comprado com os resultados do ano transacto.

No que se refere ao cumprimento de contratos, resolução de insolvência obtenção de electricidade e de crédito, não houve mudanças de classificação no ranking.

Contudo, apesar de melhoria registada no clima de negócios, os principais desafios para São Tomé e Príncipe consistem em consolidar as reformas em curso, expandir e modernizar as infra-estruturas de apoio à actividade económica.

Quadro 05 - Classificação de S.T.P. na avaliação a nível do clima de negócios.

Facilidades	Classif. em 2012	Classif. em 2013	Classif. em 2014	Classif. em 2015
Fazer Negócios	163	160	169	153
Abertura de uma empresa	108	100	130	23
Obtenção de electricidade	71	72	57	57
Obtenção de alvarás de construção	73	91	53	46
Registo de propriedade	162	163	147	148
Obtenção de crédito	180	180	185	185
Proteção dos investidores	155	158	182	183
Pagamentos dos impostos	138	144	160	162
Comércio internacional	90	89	107	111
Cumprimento de contratos	180	181	179	179
Encerramento de uma empresa	162	164	162	162

Fonte: Doing Business 2012 a 2015.

Perspectiva para 2015

De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional, a **economia mundial** deverá continuar a crescer no ano de 2015 (um crescimento de 3,5%), embora a um ritmo moderado. A maior contribuição para essa aceleração virá dos países de África Subsariana, Emergentes e em Desenvolvimento, que deverão crescer em média 3,5% e 4,5%, respectivamente. Em 2015, prevê-se que a taxa de inflação diminua na generalidade das economias avançadas para 0,4%, ao contrário, no conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, deverá crescer 5,4%, e, na zona euro para 0,1% em 2015.

As perspectivas **económicas para São Tomé e Príncipe** permanecem moderadamente frágeis, determinada pela aprovação tardia do OGE de 2015, bem como, pelas incertezas no ambiente externo e a elevada dependência do país a financiamento externo.

Contudo, o FMI prevê um crescimento do produto de 5% em 2015, sustentado pela perspectiva mais animadora de entrada de recursos externos previstos para a concretização de projectos de investimento públicos e privados, complementado pelas reformas

estruturais favoráveis ao investimento e ao desenvolvimento do sector privado.

Para o ano de 2015, espera-se uma taxa de inflação acumulada na ordem dos 5,5%, a convergir para a média de 3% da zona euro, sustentada pela prossecução de uma política orçamental e monetária mais prudente, coadjuvada com a manutenção do Acordo de Paridade Cambial e pelas baixas de preços dos principais produtos de importação. O défice primário doméstico projectado é de 2,7% do PIB em 2015.